

ATA SEI



**SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA**

O Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, [Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo [Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997](#). O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca, foi criado pelo [Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005](#), com função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, [Decreto nº 31.936, de 11 de junho de 2018](#), e por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), aprovado pelo [Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013](#).

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, realizada no dia 09/04/2019.

No nono dia do mês de abril do ano dois mil e dezenove, às dezenove horas, constatou-se o quórum regimental para início das atividades do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, realizadas no auditório da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Unidade de Desenvolvimento Rural (SAMA.UDR), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271, Distrito de Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os [Conselheiros\(as\)](#) - **mandato 2018-2020**: Marli Fleith Sacavem, da Amem; Mirian Cristina Zabel, da Secult; Alcides Bergmann, da AJAQ; Vanessa Vieira Gonçalves, da AMABQ; Rinaldo Nascimento Vicente, da PMA; José Mario Gomes Ribeiro, da CCJ; João Paulo Freisleben, da Apiville; Nivaldo Fleith Sacavem, da AMEM; Gilmar Germano Jacobowski, da AEA Babitonga; Cácio José Rengel, da Paróquia SCJ; Marieli Ciola Kapfenberger, da SAS; Camila Cristina Colares, do IA; Hector Silvio Haveroth, da EPAGRI; Juliana Kammer, da ACR; Romy Buhnemann Dunzinger, da SEPUD; Maria Raquel Migliorini de Mattos, do ISARP; Cristian Ricardo dos Santos, da CAJ; Claiton Dionizio Breis, da SAMA.UGA; Maiko Richter, da Seprot; Manoel Luiz Vicente, da Aproagua; Mauro Möller, da Subprefeitura de Pirabeiraba; Gabriel Klein Wolfart, do Sindipedras/SC; Ademir Sgrott, da AJM; Felipe Romer Batista, da Sehab; Carlos Alberto Noronha do Amaral, da SAMA.UDR; e Paulo Schulze, da ASBANVILLE- Vice-Presidente do Conselho Gestor. Estavam presentes também: João Henrique Silva, da Asteka; Rodrigo Luis da

Rosa, da Asteka; Karina Fischer, da B. Hübener; Rogério Hartwig, da STRS Joinville; Audeli Maria Keln, ouvinte; Patrícia Karnopp, da CAJ; Cristina Henning da Costa, da SAMA; Anton Giese Anacleto, da SAMA; José Augusto de Souza Neto, da SAMA - Secretário Executivo do Conselho, conforme Lista de Presença Anexa (3641981). A reunião teve como pauta: **1) Desassoreamento - Andamento dos Processos; 2) Programa Produtores Rurais - Grupo de Discussão; 3) Apresentação Ecossistemas, por Raquel Migliorini; 4) IQA – Cia Águas de Joinville; 5) Assuntos Gerais e Palavra Livre.** O Vice-Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, Paulo Schulze, cumprimentou e deu boas vindas a todos os Conselheiros e demais convidados. Primeiramente o Vice-Presidente do Conselho submeteu a ata da reunião do dia 13/02/2019 para aprovação, a qual, não havendo ressalvas, foi aprovada com uma abstenção, também sugeridas correções, já realizadas. O Conselheiro Felipe Romer Batista sugere que passe a constar na ata o nome dos Conselheiros que votarem a favor, contra ou se absterem das decisões do Conselho Gestor. Jose Augusto de Souza Neto, Secretário do Conselho, responde que a exemplo dos outros Conselhos, é facultado aos membros Conselheiros, que desejarem fazer constar seu voto nominal na ata, requererem o registro após o voto. Em seguida o Vice-Presidente do Conselho concede a palavra para que o Secretário José Augusto de Souza Neto leia as correspondências endereçadas ao Conselho. Neto passa a fazer a leitura do Ofício IMA nº 03/2019 conforme anexo (3641875). O Conselheiro Clailton Breis avalia ser indiscutível o interesse público para a instalação de uma torre de telecomunicações na região da APA, por utilidade dos moradores locais e emergências. Este processo de licenciamento foi realizado pelo IMA - Instituto Estadual do Meio Ambiente, mas constatou-se a falta de anuência do Órgão Gestor, tendo em vista se tratar de uma Unidade de Conservação com Plano de Manejo próprio, portanto foi solicitado que se consultasse o Conselho Gestor com o propósito de se obter melhor segurança jurídica. A necessidade da anuência em Unidades de Conservação está inclusive prevista em Decreto Estadual. Clailton explica também que foi requisitada a documentação referente ao licenciamento junto ao IMA, mas que não lhe foi enviada, portanto ele e mais dois técnicos compareceram no IMA para conversar com a gerente Grazielle e solicitar os estudos realizados, foram recebidos e informados de que a documentação seria enviada. A Empresa de Consultoria teve a boa vontade de fornecer parte dos estudos que detinha, mas não estavam completos como os que foram produzidos pelo IMA. Em conversa com o Gerente Regional do IMA, Juarez Tirelli, o mesmo explicou que os estudos se encontravam em Florianópolis e que, solicitar a documentação fugia de sua alçada na condição de Gerente Regional do Instituto. Clailton sugere ao Conselho Gestor da APA que por meio de uma Moção ao IMA Florianópolis, solicite cópia dos estudos produzidos e disponibilize para que o Conselho Gestor e o Órgão Gestor analisem a decisão. Rodrigo Luis da Rosa, representante da Consultoria Ambiental Asteka, explica que nesse momento a Empresa Licenciada está no final do procedimento para construir a Antena, mas que decorrido tanto tempo a Empresa Licenciada estipulou um prazo para obter a efetiva permissão, caso contrário, possivelmente desistirão da instalação da torre no local indicado. Informa que os projetos já tramitaram pelo IMA e entende que o técnico do IMA deveria se atentar da necessidade de anuência para instalação em uma Unidade de Conservação, caso contrário criando prejuízo para a Empresa Licenciada, portanto pede que os Órgãos Estadual e Municipal se comuniquem melhor com o fim de garantir projetos positivos para a população APA. Clailton esclarece que a SAMA vem se posicionando ativamente na comunicação com o IMA, foram vários os contatos, por telefone e e-mail, além de reuniões realizadas, mas explica que a proposta de solicitar a documentação por meio do Conselho Gestor deve prosperar, visto que essa documentação é do Empreendedor e poderá ser disponibilizada para análise, discussão e conceder o parecer técnico necessário para o seguimento da obra. O Conselheiro Felipe Romer Batista, da SEHAB, questiona se dentro de uma instrução normativa já não haveria essa informação de que deveria passar pela anuência do Conselho Gestor para se construir em uma Unidade de Conservação, considerando isso afirma ser difícil entender a ocorrência desse tipo de entrave. O Conselheiro José Mario Gomes Ribeiro, do CCJ, registra possuir duas estações meteorológicas, uma no Abaeté e outra no Quiriri, e que no mês de janeiro migrou de comunicação por satélite para comunicação por GPRS, informa ter uma dificuldade muito grande no Abaeté porque conforme condições do tempo a comunicação é perdida, portanto a instalação de uma torre de comunicação seria de grande vantagem para essas medições tão importantes para os rios locais. Não bastante, Jose Mário também cita que casos de acidentes emergenciais tanto na rodovia quanto nas matas locais poderiam ser atendidos com maior segurança e agilidade. O Conselheiro Manoel Luiz Vicente, da Aproágua, entende que as regras são claras, se é preciso a anuência do Conselho Gestor então o processo deve começar aqui. Manoel afirma que é muito importante para quem faz assessoria que seja levado o processo à risca, mas entende que parte do IMA como Órgão Licenciador que seja concedida informações sobre processos dessa natureza, visto inclusive não ser a primeira vez que acontece, gerando impasse para a comunidade que precisa tanto de um serviço de comunicação ao mesmo tempo que deve proteger a Unidade de Conservação. O

Conselheiro Clailton Breis, da SAMA.UGA, resume que a solicitação se trata de requerer à Empresa que busque a documentação em Florianópolis com o IMA e disponibilize os referidos estudos ao Conselho Gestor, em seguida o Conselho Gestor deverá disponibilizar ao Órgão Gestor para que realize um parecer técnico e retorne ao Conselho Gestor para anuência. O Conselheiro Gabriel Klein Wolfart, SindPedras, questiona se não seria mais fácil requerer os protocolos do SGPE, já que esses protocolos disponibilizariam acesso online aos estudos, visto se tratar de documentos públicos. Clailton responde que seria mais correto requerer formalmente essa documentação para o Conselho Gestor, assim restaria demonstrada a oficialidade de uma anuência. O Vice-Presidente avalia ser necessário o parecer da SAMA para a anuência de instalação da torre, em seguida coloca em votação a sugestão para requerer a documentação e estudos desse empreendimento que se encontram com o IMA para parecer do Órgão Gestor e análise do Conselho Gestor, restando aprovada com uma abstenção. O Conselheiro Rinaldo Nascimento Vicente, da PM Ambiental, explica ser estranho que o Conselho requeira à empresa algo que é de seu interesse particular, diz entender que se trata de uma necessidade legítima dos moradores locais, porém isso não deveria mover o Conselho no sentido de interferir a favor do empreendedor no processo de sua responsabilidade. O Conselheiro José Mario Gomes Ribeiro, do CCJ, expõe que o Conselho não precisaria dessa documentação, isso porque o Órgão Licenciador não irá conceder licença as atividades que entender não serem convenientes, portanto a competência desse Conselho seria tão somente dar ou não anuência. O Conselheiro Gabriel Wolfart, do SindPedras entende que a função do Conselho estaria mais ligada ao zoneamento e usos na APA perante o Plano de Manejo, portanto questiona o por quê da análise pelo Órgão Ambiental, se este não é o Órgão Licenciador. O Conselheiro Clailton Breis, da SAMA.UGA, explica sobre o ocorrido, no qual um técnico de Florianópolis estaria concedendo a aprovação de um empreendimento na APA Serra Dona Francisca, sem considerar o Conselho Gestor e o Órgão Gestor, e isso seria passar por cima do Plano de Manejo e, portanto, ignorar a própria existência do Conselho Gestor. O que está sendo pedido é que o Conselho Gestor, o Órgão Gestor e o Plano de Manejo sejam respeitados, portanto essa foi a forma buscada para dar legitimidade ao processo e segurança jurídica. Informa também que foi requerido que o processo tramitasse de forma administrativa e técnica em ambos os Órgãos Ambientais, mas que não foi feliz em seu pedido e algum técnico segurou o processo em Florianópolis, enquanto isso o empreendedor está aguardando a tramitação do processo, portanto está se buscando a força do Conselho para requerer que o processo seja tramitado em conformidade com o Plano de Manejo. O Conselheiro Rinaldo, da PM Ambiental questiona se essa solicitação havia sido previamente encaminhada ao Conselho. Clailton responde que foi encaminhado na última reunião para que todos tomassem ciência do processo de licenciamento em andamento, foi discutido que não seria a consultoria ou o empreendedor que deveriam pedir essa anuência, deveria ser o IMA solicitando à SAMA, portanto foi requerido o processo junto ao técnico responsável que se recusou a remeter por entender não ser sua atribuição. Feito contato com o representante do IMA no Conselho foi recebido o Ofício apresentado, anotando que o estudo ambiental já se encontra com a SAMA, mas falta o restante da documentação. O Conselheiro Rinaldo, da PM Ambiental, afirma ter compreendido as colocações, no sentido de que o Conselho deveria solicitar ao IMA este processo. Clailton Breis, da SAMA.UGA confirma, inclusive, que partirá um parecer técnico da SAMA para a próxima reunião, se o processo chegar em tempo hábil, para que aí então o Conselho vote sobre a anuência, o que seria o rito legal. O Conselheiro Carlos Alberto Noronha do Amaral, da SAMA.UDR concorda com Clailton, da SAMA.UGA, pois pelo que se desprende de suas palavras é que o IMA está realizando o processo de licenciamento sem se ater ao fato de que a instalação se dará em uma Unidade de Conservação APA, com Plano de Manejo e Conselho Gestor constituídos, portanto dependeria da anuência do Conselho ao final do processo. O Vice-Presidente do Conselho Gestor da APA entende que o assunto está suficientemente esclarecido e, inclusive, já foi realizada a votação. O Conselheiro Manoel Luiz Vicente aponta que o processo já estava sendo feito sem anuência do Conselho, conforme registro de Ata da reunião anterior. Aproveita para sugerir que as Atas sejam lidas a cada reunião, pois esse é o tipo de coisa que passa em branco pra quem não lembra das colocações em cada reunião. O Vice-Presidente do Conselho Gestor da APA informa que "estava sendo" não conclui que "está sendo", portanto entende que o IMA irá rever os atos. **Iniciando a pauta** o Vice-Presidente do Conselho chama a frente a Unidade de Gestão Ambiental para apresentar sobre o Andamento dos Processos de Desassoreamento. O Conselheiro Clailton explica que há poucos dias foi realizada uma audiência pública na Sociedade Dona Francisca sobre o tema, na audiência ficou determinado um prazo para informar o andamento do processo de desassoreamento. Lembra que o tema foi discutido em reuniões passadas, quando foram apresentados os estudos, para pôr em prática foi necessário dar início a um processo de licenciamento para extração minerária. Clailton conta que o Gerente do Setor de Licenciamento foi convidado para esta reunião, contudo estava ocupado e não pôde vir para explicar como está a tramitação do processo, portanto coloca à

disposição sua equipe técnica para responder questionamentos que tratem dos estudos prévios. O Conselheiro Manoel Luiz Vicente explica que o prazo concedido era de sessenta dias, e pede para que os Conselheiros fiquem atentos com as datas, conta ter comentado na audiência pública que fazem mais de trezentos e vinte dias desde que a Câmara Técnica foi iniciada para resolver o problema do assoreamento dos rios locais. Manoel informa que muitos dos participantes daquela audiência tiveram grandes perdas pelo assoreamento, inclusive pessoas de fora da APA sofrem com a condição dos rios. O Conselheiro Maiko Richter explica que os pontos de alagamento com urgência foram identificados pela Defesa Civil e Sama quando trabalharam em conjunto para produzir os estudos que seguem o processo, contudo um trabalho dessa grandeza exige estudos de impactos no desassoreamento dos rios, isso porque se forem observados apenas os pontos isolados os danos resultantes do desassoreamento poderiam ser ainda piores. O Vice-Presidente do Conselho Gestor da APA recorda que na audiência pública o prazo estipulado era de 90 dias, não 60 como havia sido comentado. Dando seguimento para o **segundo** item da pauta, a engenheira sanitária Cristina Henning da Costa passa a apresentar a proposta de Grupos de Discussões. Cristina explica se tratar de uma proposta para criar grupos de discussões, ou grupos de trabalho, em que seriam debatidos temas específicos e alinhado entre a sociedade civil e a administração. Foi escolhido um tema exemplificativo para esta apresentação, o Programa de Produtores Rurais, por se tratar de um tema de interesse da população local e que disponibilizaria uma compreensão melhor sobre como trabalhar o tema em conjunto, assim o grupo de discussão serviria para fazer uma troca de informações para traçar um plano de ações entre a parcerias que vierem a se formar nesses grupos, não só isso como também haveria o fator de replicadores, em que o tema será levado para a família, os vizinhos e outros interessados que podem propor soluções ou até mesmo requerer soluções. Cristina passa a apresentar a proposta conforme anexo SEI (3641927). Finalizada a apresentação e aberto espaço para questionamentos e comentários, o Conselheiro Ademir Sgrott pede pela palavra e comenta ter achado uma ideia positiva, mas que entende importante que os representantes da comunidade e da administração pública fizessem visitas em propriedades dos produtores para entender melhor a realidade e as dificuldades. Cristina explica que o grupo de trabalho seria dinâmico, podendo ser feito quinzenalmente e modificando os membros conforme necessidade, além disso entende interessante que as reuniões ocorressem no período do horário comercial, o que possibilitaria um trabalho de campo caso o grupo entendesse necessário. Ademir também anota que apesar de haverem trinta representantes do Conselho são apenas alguns que participam das Câmaras Técnicas e Grupos de Discussões, avaliando que todas as entidades possuem o titular e o suplente para se fazer representar, portanto se um não puder comparecer o outro poderia. A Conselheira Marieli Ciola Kapfenberger informa já manter um trabalho com a comunidade alcançada pela proposta, atualmente realizando o mapeamento junto à Epagri, portanto informa ter grande envolvimento com o tema apresentado e se coloca à disposição para ajudar o grupo a ser constituído. O Conselheiro Gilmar Germano Jacobowski entende ser uma ideia interessante, mas se mostra preocupado se seria função desse Conselho, segundo ele aconteceria uma sobreposição de trabalho, pois o Conselho Gestor da APA é também composto por entidades que já trabalham com os produtores rurais locais e que poderiam apresentar seu trabalho e apresentar informações diretamente à plenária. Gilmar entende que o Conselho Gestor deveria trabalhar as questões estratégicas e não se aproximar demasiadamente da parte operacional. Cristina Henning da Costa não vê a sobreposição dos trabalhos como algo negativo pois não atrapalharia o objetivo de trazer benefícios à comunidade, evidencia também que a proposta é mais estratégica do que operacional, isso porque se uma entidade específica não está alcançando alguns de seus objetivos junto à comunidade o grupo servirá para compartilhar e obter informações, inclusive ouvindo a comunidade, além de cooperar no planejamento e realização das soluções. Cristina anota que um problema recorrente afeta os pequenos produtores, a dificuldade para vender seus produtos a um mercado local por conta das exigências legais ou de mercado, isso poderá ser trabalhado para recepcionar os pequenos produtores. Claiton corrobora a proposta, apontando que o Plano de Manejo prevê que o Conselho Gestor também seja fomentador das soluções internas da APA no desenvolvimento sustentável. O Conselheiro Hector Silvio Haveroth informa que Joinville possui cerca de 1476 famílias de agricultores e mais 276 famílias de pescadores, conforme dados do IBGE e Univalli, respectivamente. Estes são o enfoque da Epagri, e se houvessem indígenas quilombolas também estariam atendidos com preferência, mas evidencia que a Epagri de Joinville possui apenas dois técnicos para atender essas famílias. Outros técnicos trabalham em demais municípios vizinhos, mas a maioria desses municípios possui apenas um técnico, além disso são realizados mais de cem treinamentos e oficinas por ano. Portanto demonstra que independente das ações determinadas nesses grupos de discussão a Epagri não conseguiria ceder técnicos para cumpri-las, mas aceitando discutir a demanda para o próximo planejamento. O Conselheiro José Mário Gomes Ribeiro concorda com o argumento de que um dos objetivos do Conselho é fomentar ações que visem melhorias das condições socioeconômicas dos residentes da APA, conforme

Regimento Interno do Conselho que também dispõe dessa forma. O Conselheiro Carlos Alberto Noronha de Amaral vê que a apresentação desse tema é uma surpresa, entende se tratar de uma proposta interessante, mas que deve ser estudada a fundo antes de ser apresentada ao Conselho, isso porque se trata de um Conselho com membros voluntários que possuem suas demandas externas. Carlos Amaral também afirma que um tema como esse, tão próximo das ações de incentivo ao produtor rural, deveria primeiramente ser discutido com a Unidade de Desenvolvimento Rural da SAMA para então ser apresentado ao Conselho, o que não aconteceu. O Conselheiro Manoel Luiz Vicente afirma que a população está bem próxima das entidades que compõem este Conselho Gestor e que as demandas e necessidades vêm por meio desses representantes, mas é preciso observar, antes de dar início a qualquer das ações que venham a ser propostas, se há possibilidade financeira para cumprir. O Conselheiro Gilmar Germano Jacobowski afirma que é possível fazer o trabalho proposto sem que ocorra ações paralelas, explica que quando mencionou o âmbito estratégico do Conselho Gestor se referia a traçar os objetivos previamente antes de executá-los. Segundo ele deve-se entender que muitos agricultores tem má vontade em participar nos planejamentos, em trabalhar em grupo e uma série de oportunidades, ao invés disso continuam a reclamar que não conseguem vender seus produtos no mercado, entretanto acentua que se esses produtores trabalhassem em conjunto conseguiriam produtividade suficiente para fazer jus a esses mercados. Gilmar salienta que não é sua pretensão ser negativo em relação a ideia proposta, mas evidencia ter trinta e três anos de experiência trabalhando no meio rural de Joinville e lhe preocupa muito quando se pretende criar um grupo para demandar ações de seus participantes, alguns deles já bastante sobrecarregados, criando o risco dessas ações ocorrerem paralelamente e gerar desgastes desnecessários. Portanto propõe que o Órgão Gestor trabalhe mais esmiuçadamente a ideia e apresente com maior propriedade, porque tem certeza que muitos participantes desse Conselho conseguem se comprometer com ações e cumpri-las integralmente, contudo não sabe se a criação de mais uma estrutura para o Conselho ajudaria mais do que atrapalharia. Em seguida se desculpa caso tenha sido duro demais em sua fala bem intencionada. Cristina Henning da Costa entende que não há dureza nenhuma na fala, a sugestão do Conselheiro é pertinente e muito bem recebida, inclusive esclarece que faz parte da apresentação colher as sugestões e críticas dos participantes exatamente para refinar a ideia proposta em uma ferramenta ideal para o Conselho e APA. Mas Cristina explica que o tema de Produtores Rurais é um dos diversos temas que poderão ser trabalhados, não apenas divisão de ações, mas também no sentido de se perceber as reclamações da comunidade e suas dúvidas. O Conselheiro João Paulo Freisleben comenta que a ideia é muito interessante, não sabendo como poderia ser abordado, mas diz discordar da colocação do Conselheiro Gilmar, de que os produtores rurais são acomodados e esperam as coisas acontecerem, como produtor ele mesmo, João Paulo explica que não é por falta de esforço que os projetos rurais não andam, mas há sim uma grande dificuldade em aliar as necessidades dos produtores rurais com as políticas municipais. João Paulo ainda evidencia que diversos outros produtores rurais estão envolvidos nessa causa, portanto não ficam de braços cruzados, mas falta apoio a estes produtores que incentive os demais a cooperarem. A Conselheira Marieli Ciola Kapfenberger informa representar o CRAS de Pirabeiraba, e se coloca à disposição para participar desses grupos de trabalho e contribuir no que for necessário. O Vice-Presidente do Conselho Gestor da APA entende que o que se desprende da discussão é que se trata de uma ideia bastante válida, mas que deverá ser colocada em maior discussão interna da administração para ser melhor aplicada. O Vice-Presidente do Conselho Gestor da APA concorda com as palavras de Gilmar no que trata da união dos produtores rurais, de que as vezes sozinho não é possível atender a demanda de um mercado, mas se os produtores se juntarem é possível estender as oportunidades para todos. Para o **terceiro** item da pauta o Vice-Presidente do Conselho Gestor da APA chamou à frente a Conselheira Maria Raquel Migliorini de Mattos para realizar a apresentação de educação ambiental dos Ecossistemas. A Conselheira Maria Raquel informa se tratar de uma apresentação sugerida a ser feita no Comdema e no Conselho Gestor da APA, avaliando que apesar de muitos já conhecerem as fragilidades e importância dos ecossistemas todos devem estar conscientes dessa importância. Em seguida passa a apresentar conforme anexo SEI (3641966). Aplaudida após a apresentação, Maria Raquel agradece a atenção de seus colegas Conselheiros e se coloca à disposição para responder eventuais questionamentos. O Conselheiro Carlos Alberto do Amaral parabeniza pela apresentação, a qual entende que poderia ser estendida se não fosse pelo horário avançado da reunião, mas que os esclarecimentos certamente devem atentar a todos da importância de cuidar do meio ambiente inclusive em atenção aos seus detalhes, visto que o ecossistema é uma rede de fatores cuja menor alteração pode acarretar em prejudicar toda uma cadeia de relações. O Conselheiro Clailton Breis concorda com as palavras de seu colega e também agradece pela apresentação. Clailton também aproveita o momento para citar sobre o Plano Municipal da Mata Atlântica que está em fase de desenvolvimento pela SAMA e que deverá ser finalizado em meados deste ano para ser apresentado ao Comdema, bem como poderá ser posteriormente apresentado a este Conselho

Gestor. A Conselheira Maria Raquel expõe que o SOS Mata Atlântica libera relatórios anuais e bianuais, revelando que Santa Catarina é o Estado que mais desmata a mata atlântica, mas o motivo disso é pelo fato de que é o único estado com alguma riqueza de mata atlântica restante, isso porque acabamos por demorar mais a desmatar, felizmente pois agora, com uma consciência maior da importância dos ecossistemas, podemos proteger o que restou. O Conselheiro Alcides Bergmann comenta sobre sua situação e de diversos moradores locais, segundo ele seu terreno possui uma extensão de 70% de mata protegida por ele mesmo, assim como passa um corpo de água, mas questiona de que adianta proteger se muitos outros não tem qualquer compromisso enquanto os que protegem não ganham qualquer incentivo para fazê-lo, ao contrário de serem incentivados, apenas se desgastam. Alcides também aponta que os recursos são finitos, não adiantará proteger o meio ambiente enquanto a população aumenta, bem como invasões e a produção em larga escala toma conta, uma hora ou outra certamente será sentida a necessidade pelos poucos recursos naturais protegidos. A ouvinte Audeli se apresenta, informa ser a primeira reunião de que participa, e concorda que as invasões são um problema grande da região e que a fiscalização deveria coibir essas invasões, mas no fim quem constrói regularmente é quem encontra entraves. O Conselheiro Felipe Romer Batista aproveita o momento para comentar que a Secretaria Municipal de Habitação tem um grande problema com o aumento diário das áreas invadidas, mas sugere que a senhora Audeli permaneça na legalidade, pois os que fizerem irregularmente responderão por seus atos. Felipe ainda explica que a falta de fiscalização é um problema que vem sendo reiteradamente abordado, sendo que somente um fiscal lotado na APA não é suficiente para autuar todas as infrações que ocorrem nessa região. Também que algumas pessoas são levadas ao erro por uma interpretação intencionalmente falha da Lei Federal 13.465, no sentido de que se é possível regularizar tudo, quando na verdade não é. São diversos os imóveis que não cabem nos requisitos de cumprimento das funções sociais, ambientais e urbanísticas. Ocorre que empresas estão procurando oferecer a regularização fundiária como solução do problema, porque é mais barato regularizar do que fazer o inventário, parcelamento, desmembramento e demais procedimentos. O Conselheiro Felipe entende que o Plano de Manejo da APA deveria ser implementado para sanar muitos desses problemas. O Conselheiro Nivaldo Fleith Sacavem, considerando a apresentação de Maria Raquel, compartilha uma preocupação sua sobre o direito de propriedade dos moradores. Nivaldo explica ser a terceira geração desde que sua família possui o imóvel na APA, ocorre que seus antepassados preservaram as características ambientais do imóvel enquanto muitos outros produtores locais desmataram e usufruíram dos recursos naturais dos seus imóveis, contudo agora existem exigências ambientais que o impedem de fazer qualquer coisa no terreno, portanto evidencia que deixará para seu filho um imóvel sucateado. Portanto percebe que a manutenção dos recursos naturais no imóvel privado só traz ônus para quem o faz, pagando IPTU e demais custos, portanto evidencia que os proprietários de terras que protegem as características ambientais de seus imóveis merecem subsídios para manter essa proteção das matas e rios da região. Por fim Nivaldo agradece por poder levantar esta bandeira. [aplausos]. O Vice-Presidente parabeniza a Conselheira Maria Raquel pela apresentação, anotando que educação ambiental nunca é desperdiçada, sempre haverá uma informação importante que todos levarão consigo. Seguindo para o **quarto** item da pauta, é chamado a frente o representante da CAJ para apresentar o Índice de Qualidade das Águas dos Rios Cubatão e Piraí. Cristian Ricardo dos Santos cumprimenta a todos e passa a iniciar a apresentação conforme anexo SEI (3641976). Ao final da apresentação é concedida a palavra para quem desejar tirar dúvidas. O Conselheiro Gilmar Germano Jacobowski questiona se os índices de alumínio e ferro se devem à erosão dos rios. Cristian responde que os índices representam o resultado do tratamento da água onde é utilizado o sulfato de alumínio, portanto estarão presentes o alumínio e o ferro no processo. Sem mais manifestações, o Vice-Presidente do Conselho Gestor da APA inicia a **palavra-livre**. O Conselheiro José Mario Gomes Ribeiro convida a todos para a palestra da CCJ que ocorrerá dia 17 de abril às 19 horas na Comunidade Dona Francisca, será explicado sobre como funciona o Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos Rios Cubatão e Cachoeira, o palestrante será o Sr. Wellington, um orador muito dinâmico. O Conselheiro Ademir Sgrott questiona a Clailton sobre uma das responsáveis pelo estudos da invasão de pinus, a servidora Flávia, se ela estaria afastada depois do acidente na sede da SAMA. Clailton confirma que ela está de atestado, mas devendo retornar na próxima semana. Ademir explica que ela havia indicado a Fernanda Wulff para discussão do assunto, o contato se devia a um pedido de Julio da empresa Itajubá para que fosse demonstrado no Google Maps onde estariam ocorrendo a dispersão dos pinus causada pela Itajubá. Clailton aponta que os estudos já haviam sido apresentados para este Conselho e inclusive aprovados. Ademir confirma, informando inclusive que o Sr. Julio estava presente naquela reunião, mas expõe que Julio entende que deveria ser representado de onde estariam vindo as sementes dessa dispersão para esclarecer a responsabilização por essa dispersão. Clailton responde que isso foi apontado nos estudos, mas pede que o Sr. Julio entrasse em contato amanhã para retomar essa conversa e apresentar os estudos

novamente respondendo eventuais questionamentos. Ademir complementa que um dos moradores do Alto Quiriri, vizinho da Ciser, autorizou o corte dos pinus na propriedade dele, portanto já começam aparecer os proprietários apoiadores da causa, portanto tem que ser averiguado o que a SAMA pode fazer e o que deve ser feito pelo Governo Estadual, considerando a existência do Consórcio Intermunicipal Quiriri, e finaliza afirmando que irá passar o contado de Clailton para Julio. O Conselheiro Manoel Luiz Vicente questiona como está o andamento da implementação do Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca, explica a pertinência desse pedido apontando que muitos assuntos discutidos na reunião poderiam ser melhor trabalhados se acontecesse essa implementação, exemplificando da reunião de hoje a identificação das propriedades, implantar o programa de pagamentos ambientais, proteção ambiental das nascentes, polícia ambiental, instalação de fossas sépticas e saneamento básico da região, portanto são muitas previsões do Plano de Manejo que deveriam ter sido implementadas em dois anos, mas já foi passado o quinto ano desde que deveria ser prestado contas ao Ministério do Meio Ambiente sobre as ações que foram ou não executadas. Manoel entende que na hora que o Plano de Manejo for implantado ainda se levará muito tempo para executar as ações, visto que muitas informações estão desatualizadas, portanto pede agilidade neste sentido. O Conselheiro Alcides Bergmann conta sobre o ocorrido no Quiriri, onde aconteceu uma Festa Rave que durou da manhã até às quatro horas da manhã de domingo tirando a tranquilidade de quem estava tentando dormir, sendo que ao menos cinco moradores ligaram pra polícia, mas receberam como resposta que a polícia estava com baixo efetivo, portanto repudia que uma coisa dessa aconteça dentro da APA, inclusive na beira do rio colocando a qualidade da água em risco e provavelmente sem licença pra fazer uma festa dessa. O Conselheiro Cácio José Rengel conta ter prestado depoimento no Ministério Público referente à cervejaria Gut Brau, como solicitado na última reunião, mas diz não ter conseguido comprovar o seu voto na reunião em que foi discutido sobre a anuência de microcervejaria, portanto requer que os votos passem a ser registrados nominalmente. José Augusto de Souza Neto responde que tem-se como padrão que quem desejar registrar seu voto deverá anunciar logo após a votação para que se consigne o registro de voto negativo ou positivo em ata. Anton Giese Anacleto complementa que os Conselheiros que desejarem consignar o voto e nome na ata que peçam pelo microfone, isso porque algumas conversas ou comentários que são feitos sem o uso do microfone acabam por ficar de fora da ata dificultando o registro posterior que tem a gravação como base, o mesmo acontece com a falta de registro expresso dos votos pormenorizados, portanto sugere aos Conselheiros que desejarem ver registrado sua manifestação em ata que se certifiquem do uso do microfone. O Conselheiro Gilmar Germano Jacobowski comenta sobre as imagens compartilhadas no grupo de moradores de Pirabeiraba, um anúncio de venda de terreno na Estrada Quiriri com terreno de 20 metros por 30 metros. Portanto aponta ser descarada a forma como as pessoas simplesmente ignoram a lei e permanecem nessa ilegalidade enquanto os moradores locais respeitam tantas restrições, tão descarado é que o anúncio está online com telefone do responsável, portanto é preciso dar um basta e afirma já ter encaminhado a denúncia à fiscalização. Gilmar também aponta haver uma injustiça, a qual vem combatendo desde que trabalhava na Epagri, de que muitos produtores locais querem preservar, mas que precisam também manter o seu modo de vida, enquanto outros proprietários ignoram às fragilidades da APA parcelando os terrenos e investindo nessas invasões sem qualquer impedimento efetivo, portanto é importante valorizar quem preserva e conceder incentivos. Gilmar estranha o fato de uma cidade tão grande quanto Joinville não ter um vereador forte o suficiente para encarar esses problemas, mas entende que se o Conselho Gestor da APA colocar esse tema como prioridade é possível criar estratégias e realizar um lobby para vencer uma série de problemas, inclusive para responsabilizar esses parceladores irregulares e colocá-los na cadeia. Ademais Gilmar anota também que enquanto o Conselho Gestor não possuir ferramentas efetivas em mãos parecerá que está brincando de manejo da APA, portanto lhe parece, e pede que seja colocado como meta, que as ferramentas mais importantes seriam a fiscalização da APA e compensação de serviços ambientais, assim de fato o Plano de Manejo poderá ocorrer na prática, incentivando a produção agrícola onde é permitida e compensando a preservação de áreas particulares onde é exigida. Diz também entender que os funcionários públicos lidam com certas barreiras, inclusive com conflito de interesse dos mandatários, contudo as Entidades da Sociedade Civil representadas podem fazer essa frente, inclusive contando com o suporte do Conselho Municipal do Meio Ambiente se bem trabalhado o assunto, mas que isso não acontecerá se só houver discurso no Conselho e pouca união e estratégia. Gilmar finaliza pedindo que suas considerações fossem devidamente registradas na Ata. O Conselheiro Rinaldo Nascimento Vicente retoma o assunto sobre o IMA, questionando como o Conselho poderá alcançar aquele órgão ambiental, se deverá ser feita uma Moção ou algum outro expediente exigindo que o Plano de Manejo seja cumprido ou que se consulte o Conselho, portanto sugere que seja definido esse assunto ainda na reunião de hoje. O Vice-Presidente do Conselho Gestor da APA pede que Clailton ajude a orientar essa sugestão. Clailton entende que o assunto deve ser resolvido de forma

diplomática, visto que o Conselho Gestor é representativo e responsável pela gestão da APA, que seja feito um pedido para que no início de um processo de licenciamento cujo empreendimento tem por destino a região da APA que o processo seja encaminhado para essa análise prévia. O Conselheiro Rinaldo informa estar entrando no Conselho e está aos poucos ficando ciente das demandas e necessidades deste. José Neto informa que o Ofício sendo aprovado pelo Conselho será enviado à IMA conforme as palavras de Clailton Breis. Rinaldo também aponta ser importante saber o teor do ofício antes de seu envio. Neto confirma que poderá enviar por e-mail. Mas Rinaldo pede também que seja inserido no Ofício para o IMA que, em que pese eles fizerem parte do Conselho, os processos acontecem em Florianópolis desconsiderando o Conselho Gestor, e o representante não se manifestou. Em seguida o Vice-Presidente do Conselho Gestor da APA coloca em votação o envio do expediente Ofício ao órgão ambiental IMA conforme considerações lançadas. Finalizada a votação, a proposta restou aprovada por unanimidade. Finalizada a Palavra Livre foi declarada encerrada a reunião, às vinte e uma horas e trinta minutos, sendo extraída esta Ata, a qual foi lavrada e assinada por José Augusto de Souza Neto, e Anton Giese Anacleto, da SAMA.UAC (Unidade de Apoio aos Conselhos) e assinada pelo Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, Jonas de Medeiros, após aprovação dos demais Conselheiros.

Jonas de Medeiros

Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca

José Augusto de Souza Neto

SAMA.UAC - Unidade de Apoio aos Conselhos

Anton Giese Anacleto

SAMA.UAC - Unidade de Apoio aos Conselhos

****A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)**



Documento assinado eletronicamente por **Caio Pires do Amaral, Secretário (a)**, em 23/08/2019, às 12:18, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **3523010** e o código CRC **7E037E7F**.

Av. Herman August Lepper, 10 - Bairro Centro - CEP 89221-005 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

18.0.153237-8

3523010v122

3523010v122

Ofício nº 003/2019/CRN – Circular

Joinville, 02 de abril de 2019.

Ref.: Solicitação feita na Reunião do Conselho da Área de Preservação da Serra Dona Francisca, no dia 13 de fevereiro de 2019.

Prezado Sr Presidente do Conselho da Área de Preservação Ambiental (APA) da Serra Dona Francisca.

Prezado Sr Secretário de Agricultura e Meio Ambiente (SAMA).

Serve o presente documento para responder questionamentos sobre a obrigatoriedade de órgão ambiental licenciador solicitar anuência de conselho gestor nos licenciamentos ambientais de antenas em áreas de preservação ambiental (APA).

Como o empreendimento em questão está localizado na APA da Serra Dona Francisca, este expediente serve, também, para cumprir o previsto no Art 5º da Resolução CONAMA nº 428/2010: “dar ciência ao órgão responsável pela administração da unidade de conservação” – neste caso específico, a SAMA.

Art. 5º Nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA o órgão ambiental licenciador **deverá dar ciência** ao **órgão responsável** pela administração da UC, quando o empreendimento:

I – puder causar impacto direto em UC;

II – estiver localizado na sua ZA;

(grifos nossos)

Em 13 de junho de 2018, o Instituto do Meio Ambiente (IMA), por intermédio de sua Gerência Regional – Joinville, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº DIV/22272/CRN e parecer técnico nº 5777/2018, concedeu a LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA (LAP) com dispensa de licença ambiental de instalação (LAI), à T4U

Endereço: Rua do Príncipe, 330 – 10º andar, sala 02 – Centro – Joinville – SC – CEP 89201-000
Email: joinville@ima.sc.gov.br / site: www.ima.sc.gov.br / telefone: (47) 3431-1441

BRASIL LTDA, para a atividade 34.16.00 – antenas de telecomunicações em torre ou poste, na Estrada D'Oeste, 5156, Pirabeiraba.

Importante destacar que, apesar do previsto no Art 124 A e B, da Lei 14.675/2009, autorizando o corte de vegetação para instalação de antenas, neste caso, não houve supressão de vegetação.

SUBSEÇÃO VI DO USO ECONÔMICO-SUSTENTÁVEL DA APP

Art 124 – A. A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em APP somente ocorrerá **nas hipóteses de utilidade pública**, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.

Art 124 – B. Para a aplicação desta Lei, **são consideradas de utilidade pública**:

I - as atividades de segurança nacional e proteção sanitária;

II - as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios, saneamento, gestão de resíduos, energia, **telecomunicações, radiodifusão**, instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;

(grifos nossos)

Sendo o que tínhamos a informar, ficamos à disposição para esclarecimentos.

Respeitosamente,



Juarez Tirelli

Gerente Regional de Meio Ambiente - Joinville

Conselho da Área de Preservação Ambiental (APA) da Serra Dona Francisca.
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (SAMA)

Endereço: Rua do Príncipe, 330 – 10º andar, sala 02 – Centro – Joinville – SC – CEP 89201-000
Email: joinville@ima.sc.gov.br / site: www.ima.sc.gov.br / telefone: (47) 3431-1441

Jose Augusto de Souza Neto

De: Rodrigo Rosa <rodrigo.rosa@asteka.eng.br>
Enviado: Qui 07/02/2019 11:53
Para: Jose Augusto de Souza Neto <jose.neto@joinville.sc.gov.br>
Assunto: Fwd: [PHOENIX] Solicitação anuência SCP-JVE-019
Modificado: Qui 07/02/2019 11:53
Anexos: SCP-JVE-019_Processo_Ambiental_UGA_2019.pdf

Neto, favor incluir na pauta da comissão da APA conforme acordado.

Segue o ofício com a solicitação motivada.

----- Forwarded message -----

From: **João Henrique Gonçalves da Silva** <joao.silva@asteka.eng.br>
Date: qui, 7 de fev de 2019 11:50
Subject: [PHOENIX] Solicitação anuência SCP-JVE-019
To: Rodrigo Rosa <rodrigo.rosa@asteka.eng.br>
Cc: Valter Viricimo <valter.viricimo@asteka.eng.br>

Olá Rodrigo,

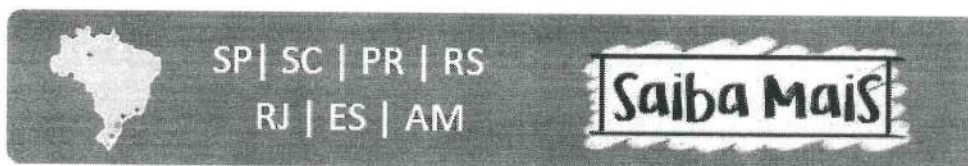
Segue anexo ofício.

Sds.

JOÃO HENRIQUE SILVA
Operações Engenharia
Asteka Ambiental Engenheiros Associados
Tel. (47) 3028-8837
Cel. (47) 991390725

ASTEKA
ambiental

joao.silva@asteka.eng.br
www.asteka.eng.br

**IMPORTANTE:**

Esta mensagem (e seus anexos) é destinada exclusivamente a pessoa do destinatário, podendo conter informações confidenciais ou legalmente protegidas. A transmissão incorreta da mensagem não acarreta a perda da sua confidencialidade. Caso esta mensagem tenha sido recebida por engano, solicitamos que seja devolvida ao remetente e apagada do seu sistema imediatamente. É vedado a qualquer pessoa que não seja destinatário usar, revelar, distribuir ou copiar qualquer parte desta mensagem.

IMPORTANT:

The contents of this email and any attachments are confidential. They are intended for the named recipient(s) only. If you have received this email by mistake, please notify the sender immediately and do not disclose the contents to anyone or make copies thereof.

Joinville, 07/02/2019.

À

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Joinville/SC
Conselho da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca

Assunto: Solicitação de anuência para implantação de torre de telefonia móvel.
Site - SCP-JVE-019

Prezados,

A empresa Phoenix Participações S.A, com sede na capital do Estado de São Paulo, localizada na Av. Engenheiro Carlos Berrini, nº 105, andar 32º, Cidade Monções, devidamente inscrita no CPNJ Nº 20.228.158/0001-20, através de sua consultoria, Asteka Ambiental Engenheiros Associados S/S Ltda., vem respeitosamente por meio deste solicitar anuência deste conselho para a instalação e posterior operação de Estação Rádio Base - ERB para telefonia celular móvel, 'processo de solicitação de alvará de construção sob nº68639/2017 protocolado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SAMA e de acordo com parecer 677/2018 emitido pela Unidade de Desenvolvimento de Gestão Ambiental - UGA. Ressaltamos que o empreendimento já possui Licença Ambiental Prévia com Dispensa de Licença Ambiental de Instalação sob o nº4841/2018 emitida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA.

Com vistas ao pleno cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e principalmente ao Decreto Estadual 2955/2010 e o Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca, seguem anexos:

- Licença Ambiental Prévia com Dispensa de Licença Ambiental de Instalação nº4841/2018;
- Cópia do protocolo de solicitação de Alvará de Construção nº68639/2017;
- Relatório técnico de alternativas locacionais e disponibilidade de sinal de telefonia móvel na região.

Sendo o que temos para o momento, agradecemos antecipadamente, ao mesmo tempo em que colocamo-nos à inteira disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Asteka Ambiental
Phoenix Participações S.A

APA Serra Dona Francisca

Proposta de Grupo de Discussões



OBJETIVOS DO CONSELHO GESTOR

- ✓ Articular apoio político, institucional e financeiro visando a consolidação da APA Serra Dona Francisca;
- ✓ Buscar a equidade entre o desenvolvimento humano e a conservação da natureza;
- ✓ Fomentar ações que visem a melhoria sócio-econômica dos moradores que vivem na APA Serra Dona Francisca;
- ✓ Promover a integração institucional, coordenando ações desenvolvidas nas unidades de conservação da região, estimulando a participação efetiva dos diferentes setores.

PROPOSIÇÃO DE CRIAÇÃO DE GRUPO DE DISCUSSÃO PERMANENTE

- ✓ Criar um grupo de pessoas para discussões de assuntos temáticos (exemplo: pequenos produtores rurais).



GRUPO DE TRABALHO: podem ser formados a qualquer momento em que houver necessidade e têm caráter mais pontual e de curto a médio prazo.



GRUPO DE TRABALHO

- Se reúnem entre uma e outra reunião ordinária;
- Elaborar Planos de Ação;
- Realizar troca de informação: um conselheiro repassa informações do conselho/UC/Plano de Ação para outro conselheiro;
- Receptar demandas externas (comunidade);
- Realizar visitas às comunidades e instituições parceiras;
- Participar de fóruns locais, feiras, ou da divulgação dessas, etc.

GRUPO DE TRABALHO: Tema: Pequenos produtos rurais

1. Quais as dificuldades.
2. Histórico de trabalhos.
3. Busca de soluções.





OBRIGADO PELA ATENÇÃO!

Unidade de Desenvolvimento de Gestão Ambiental

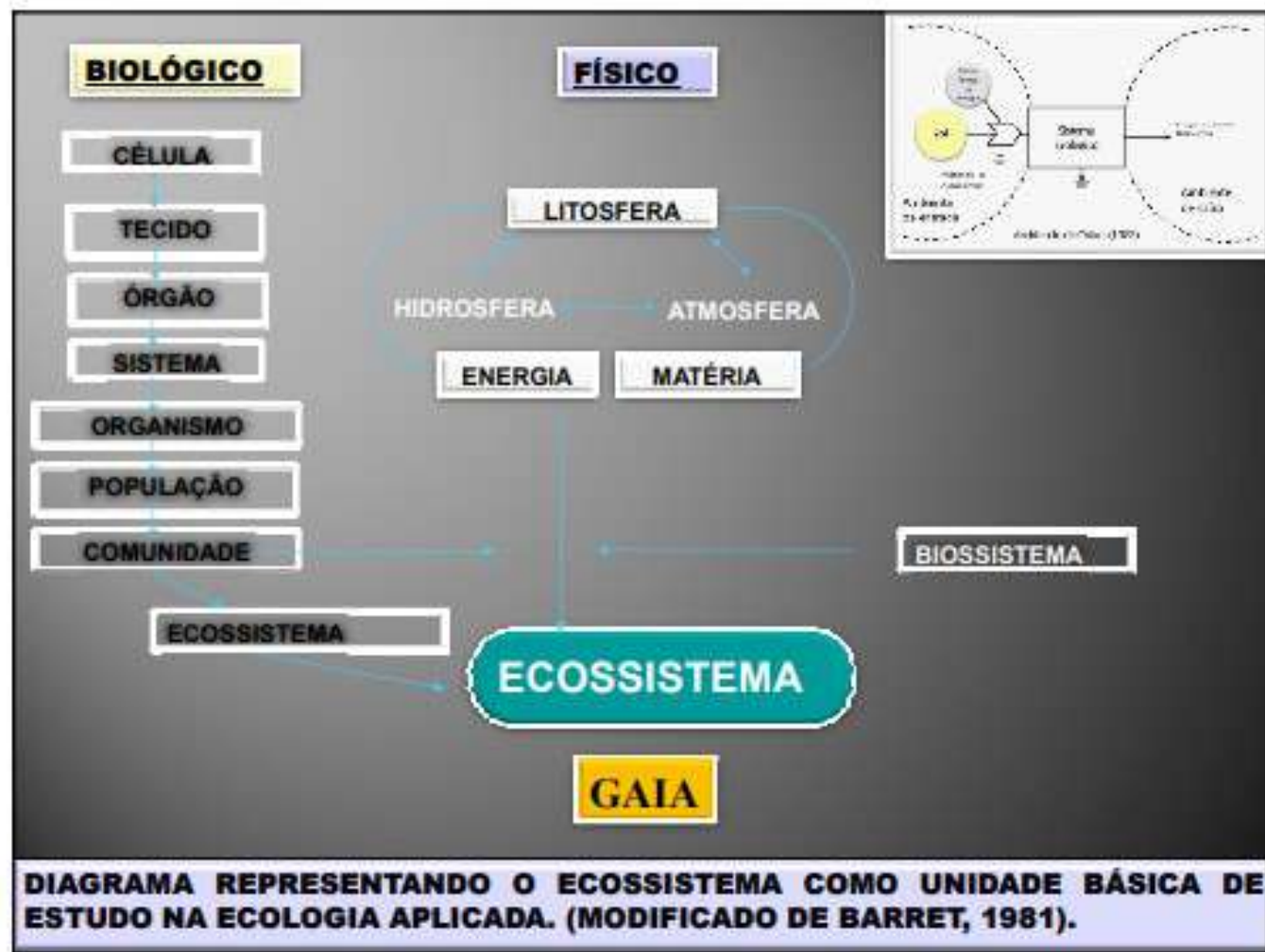
**Secretaria de
Agricultura e
Meio Ambiente**





ECOSSISTEMAS

HIPÓTESE DE GAIA





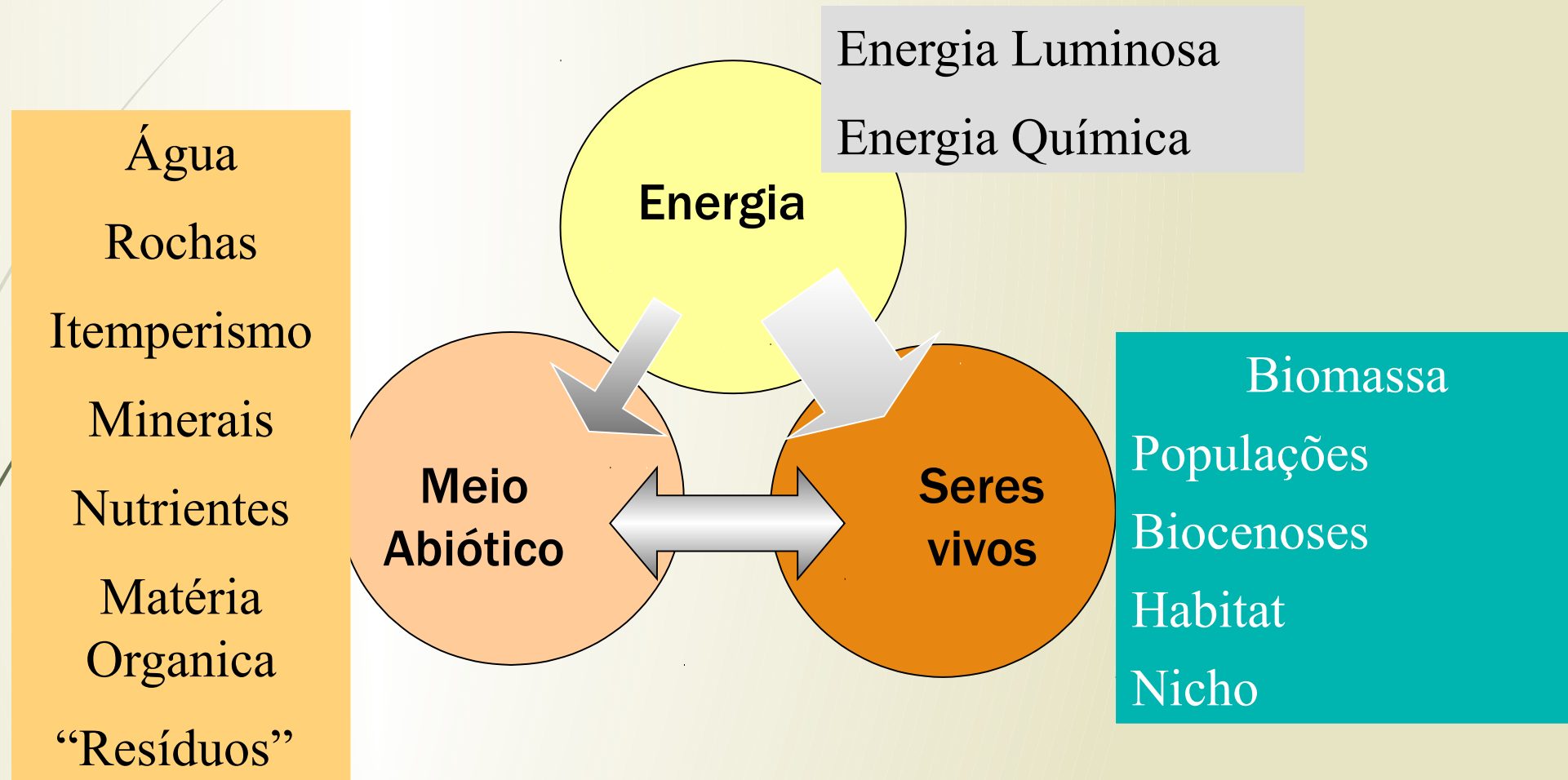
ECOLOGIA

攔 OYKOS = CASA

攔 LOGOS = ESTUDO

攔 ESTUDO DO AMBIENTE COMO UM TODO
(FÍSICO, QUÍMICO E BIOLÓGICO) E SUAS
INTERAÇÕES

Ecologia: O estudo das inter relações entre os organismos e seus ambientes.





Habitat e Nicho

Habitat – local (físico) onde se encontra uma determinada espécie.

Nicho é o conjunto de características que definem uma espécie em um determinado habitat. (Profissão da espécie. Ex. cobra encontrada em regiões montanhosas; nicho: predadora de ratos que ocupam o mesmo habitat.



Ecologia – Conceitos básicos



⌵ Ecossistema

⌵ Habitat e Nicho

⌵ Biomassa, Energia

⌵ Poluição

⌵ Bioacumulação/biomagnificação

⌵ Bioremediação



Ecossistema: aspectos funcionais

⌋ fluxo de energia

⌋ cadeias de alimentos

⌋ diversidade (tempo e espaço)

⌋ ciclos de nutrientes

⌋ sucessão e evolução

⌋ Desequilíbrio ecológico

Biomass.

Grandes ecossistemas determinados, principalmente, pelo Clima **(função latitude)**, e que se caracterizam por apresentar uma vegetação **clímax** típica.

Ex . Biomass terrestres: **Tundra -Taiga - Floresta Caducifolia - Floresta Tropical - Campos - Desertos**

Biomass Brasileiros: cerrado, caatinga, floresta amazônica, mata atlântica, pantanal, pampa

As regiões onde dois biomass se encontram ou apresentam gradação mútua são denominadas ecótonos

Biota. Todos os organismos de determinada região.



CADEIA ALIMENTAR

Produção Primária

Ambientes Aquáticos: Bactérias, Cianobactérias e Algas

Ambientes Terrestres: Plantas

Consumidores

Ordens (cadeias e interações)

Decompositores e Detritívoros

Matéria orgânica – ciclos



BIOMA MATA ATLÂNTICA

📌 Estima-se que existam na Mata Atlântica cerca de 20 mil espécies vegetais (35% das espécies existentes no Brasil, aproximadamente), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

Essa riqueza é maior que a de alguns continentes, a exemplo da América do Norte, que conta com 17 mil espécies vegetais e Europa, com 12,5 mil. Esse é um dos motivos que torna a Mata Atlântica prioritária para a conservação da biodiversidade mundial.

Em relação à fauna, o bioma abriga, aproximadamente, 850 espécies de aves, 370 de anfíbios, 200 de répteis, 270 de mamíferos e 350 de peixes.

- 
- 
- 攔 A Mata Atlântica é composta por formações florestais nativas (Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual), e ecossistemas associados (manguezais, vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste).
 - 攔 Originalmente, o bioma ocupava mais de 1,3 milhões de km² em 17 estados do território brasileiro, estendendo-se por grande parte da costa do país. Porém, devido à ocupação e atividades humanas na região, hoje resta cerca de 29% de sua cobertura original.



Mata Atlântica

Biodiversidade e Mudanças Climáticas

HOTSPOT DE BIODIVERSIDADE

uma das áreas de maior biodiversidade no planeta, possuindo cerca de:

20.000
espécies de plantas

850
espécies de aves

370
espécies de anfíbios

200
espécies de répteis

270
espécies de mamíferos

350
espécies de peixes

PANORAMA DA MATA ATLÂNTICA



Cobertura original

abrangendo, total ou parcialmente,
17 estados e mais de
3.400 municípios



Vegetação remanescente

29%
da área de cobertura original considerando os diferentes estágios de regeneração das várias fitofisionomias

Área protegida por Unidades de Conservação (UC)



1.191
UCs.

Importância econômica



A Mata Atlântica fornece uma gama enorme de serviços ecossistêmicos fundamentais para a sociedade brasileira, dentre os quais destacam-se:



Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza,
Construção e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

giz

Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

KFW



Ministério do
Meio Ambiente





攔 As florestas e demais ecossistemas que compõem a Mata Atlântica são responsáveis pela produção, regulação e abastecimento de água; regulação e equilíbrio climáticos; proteção de encostas e atenuação de desastres; fertilidade e proteção do solo; produção de alimentos, madeira, fibras, óleos e remédios; além de proporcionar paisagens cênicas e preservar um patrimônio histórico e cultural imenso.

Neste contexto, a conservação dos remanescentes de Mata Atlântica e a recuperação da sua vegetação nativa tornam-se fundamentais para a sociedade brasileira, destacando-se para isso áreas protegidas, como Unidades de Conservação (SNUC – [Lei nº 9.985/2000](#)) e Terras Indígenas (Estatuto do Índio – [Lei nº 6001/1973](#)), além de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal (Código Florestal – [Lei nº 12.651/2012](#)).

O bioma também é protegido pela [Lei nº 11.428/2006](#), conhecida como Lei da Mata Atlântica, regulamentada pelo [Decreto nº 6.660/2008](#).

RESULTADOS DOS PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS DO PLANO DE MANEJO DA APA



Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico



**Prefeitura de
Joinville**



Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº218/15 – ETA CUBATÃO



- Item 6.21 – Apresentar os resultados dos programas e subprogramas do plano de manejo da APA nas reuniões bimestrais do Conselho da APA



Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

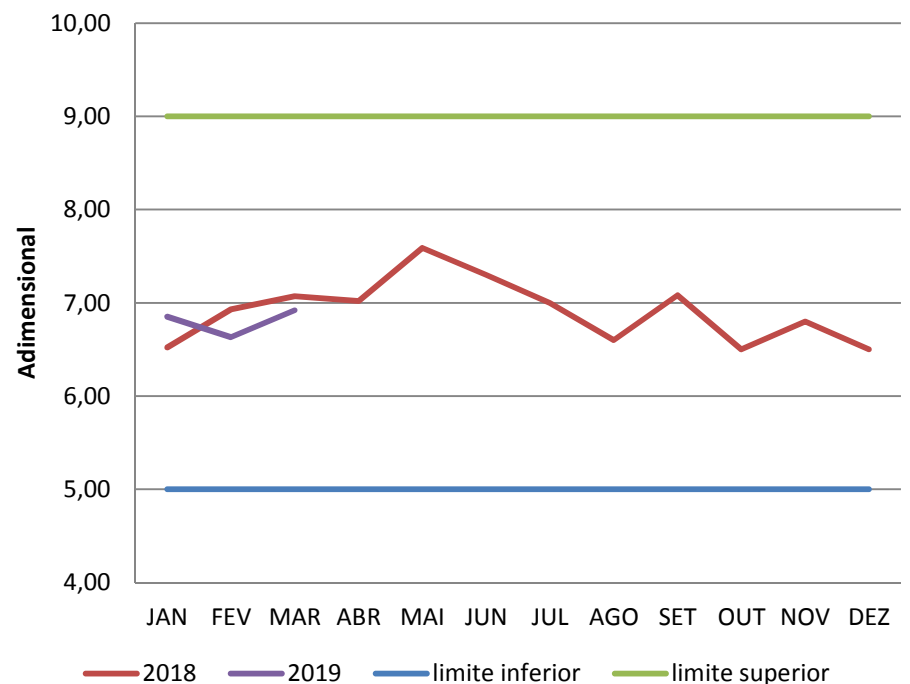
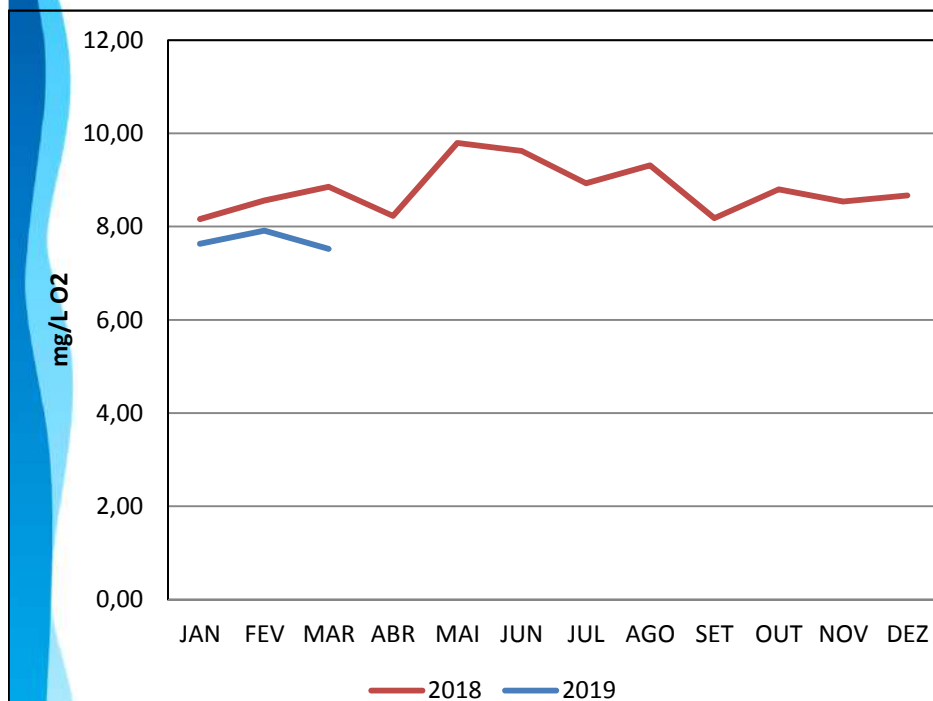
Subprograma de Tratamento de Efluentes – Estação de Tratamento de Lodo

Monitoramento Mensal

Parâmetros Analisados: Oxigênio Dissolvido, pH, Temperatura, Ferro, Alumínio, Sólidos Sedimentáveis, Cor Aparente e Turbidez. – Limites - Resolução CONAMA Nº 430/2011

Oxigênio Dissolvido

pH

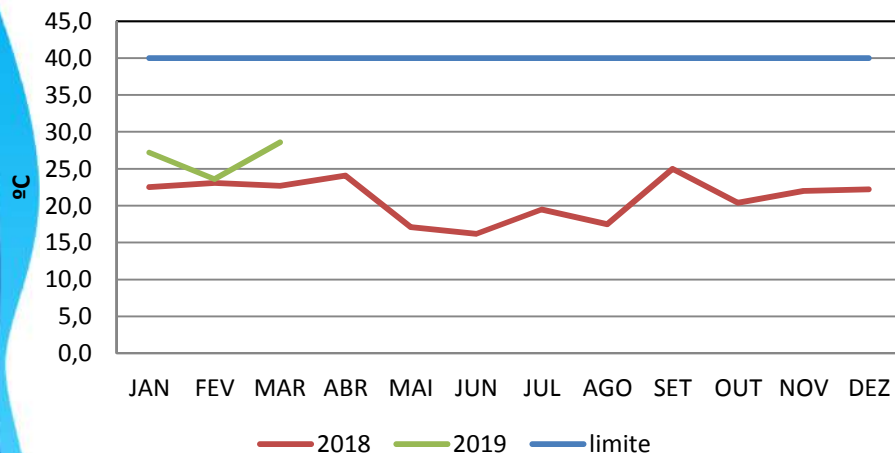




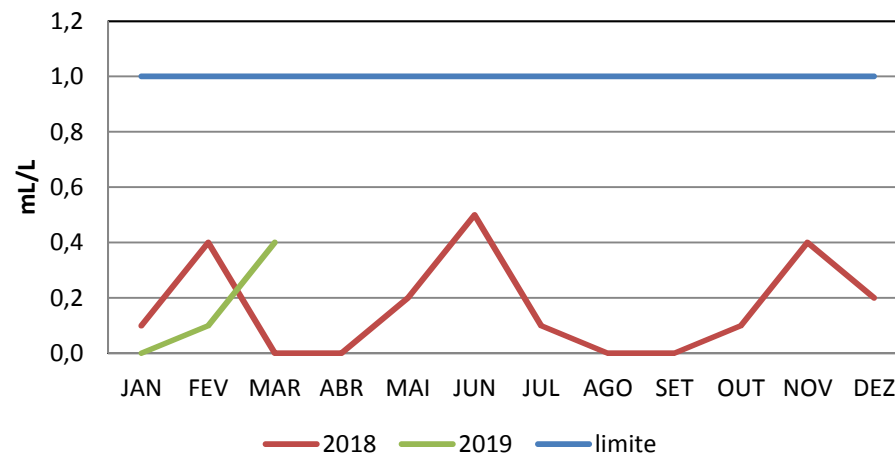
Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

Subprograma de Tratamento de Efluentes – Estação de Tratamento de Lodo

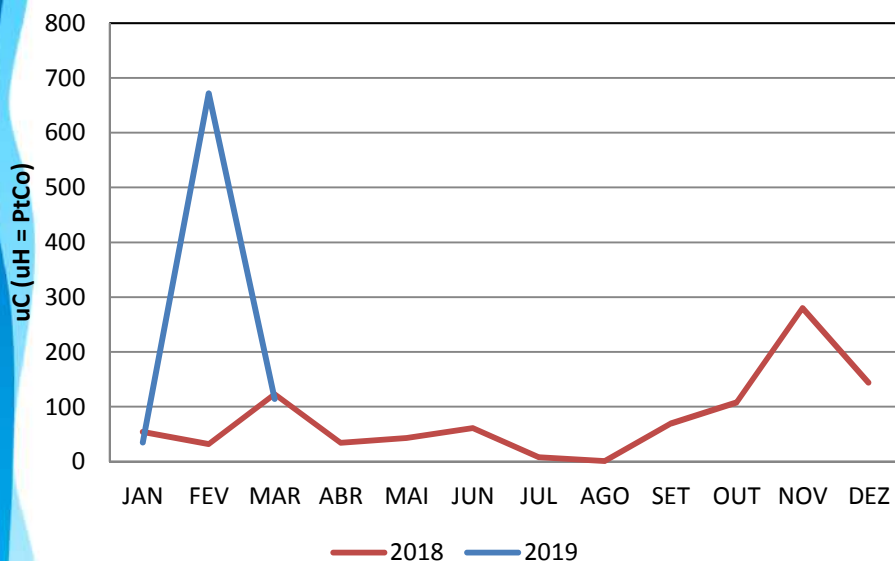
Temperatura



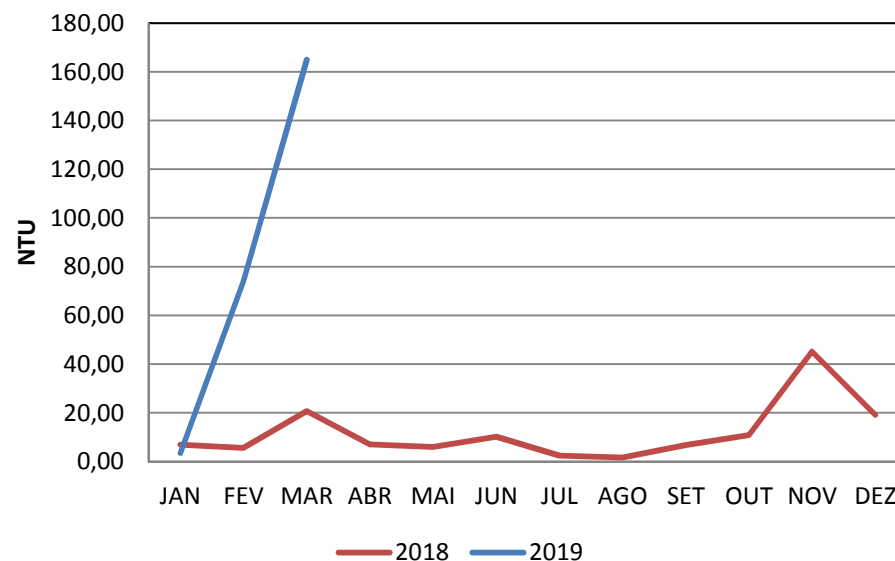
Sólidos Sedimentáveis



Cor



Turbidez

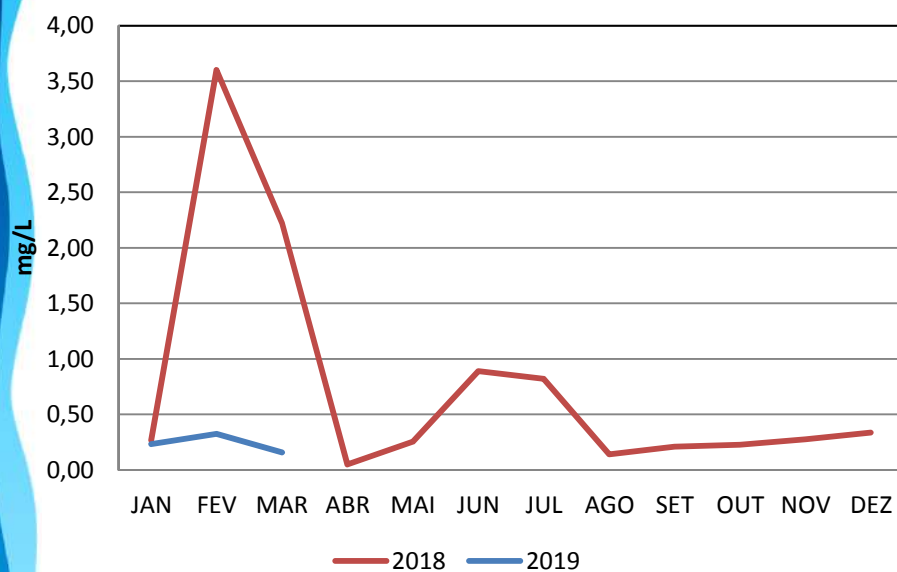




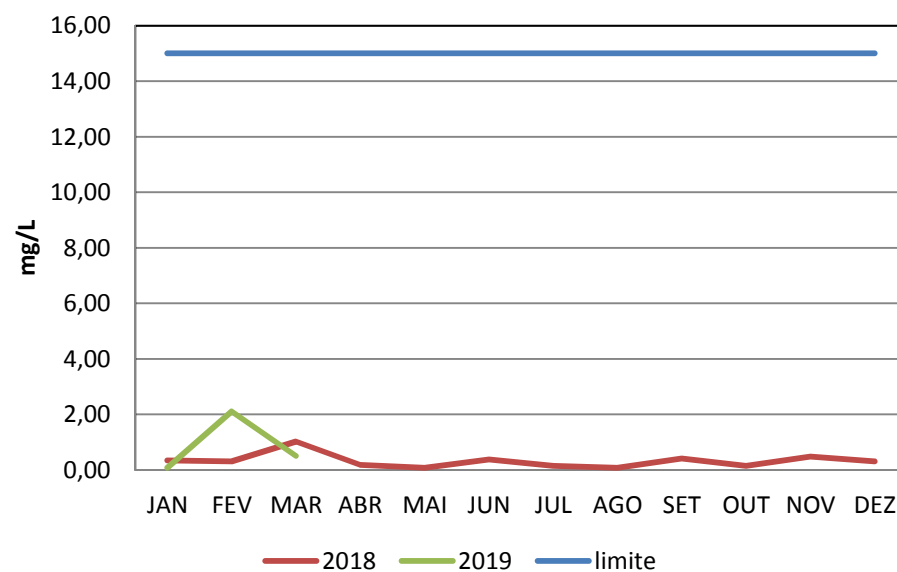
Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

Subprograma de Tratamento de Efluentes – Estação de Tratamento de Lodo

Alumínio



Ferro Total





Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

Subprograma de Avaliação e Controle do Uso de Agrotóxicos



Análise Semestral

Laboratório Terceirizado: Ecosystem – São Paulo

- Agrotóxicos;
- Características Organolépticas;
- Parâmetros Orgânicos e Inorgânicos;
- Desinfetantes e Produtos secundários da desinfecção;
- Cianotoxinas.

Conclusão do relatório 2018

O(s) parâmetro(s) está(ão) de acordo com Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017 Anexo XX -
Água tratada

Cronograma: Abril e Outubro/2019



Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

Subprograma de Restauração de Áreas Degradadas

- Periodicidade PRAD: Mensal.
- Vigência do contrato: setembro/2021.

Principais atividades:

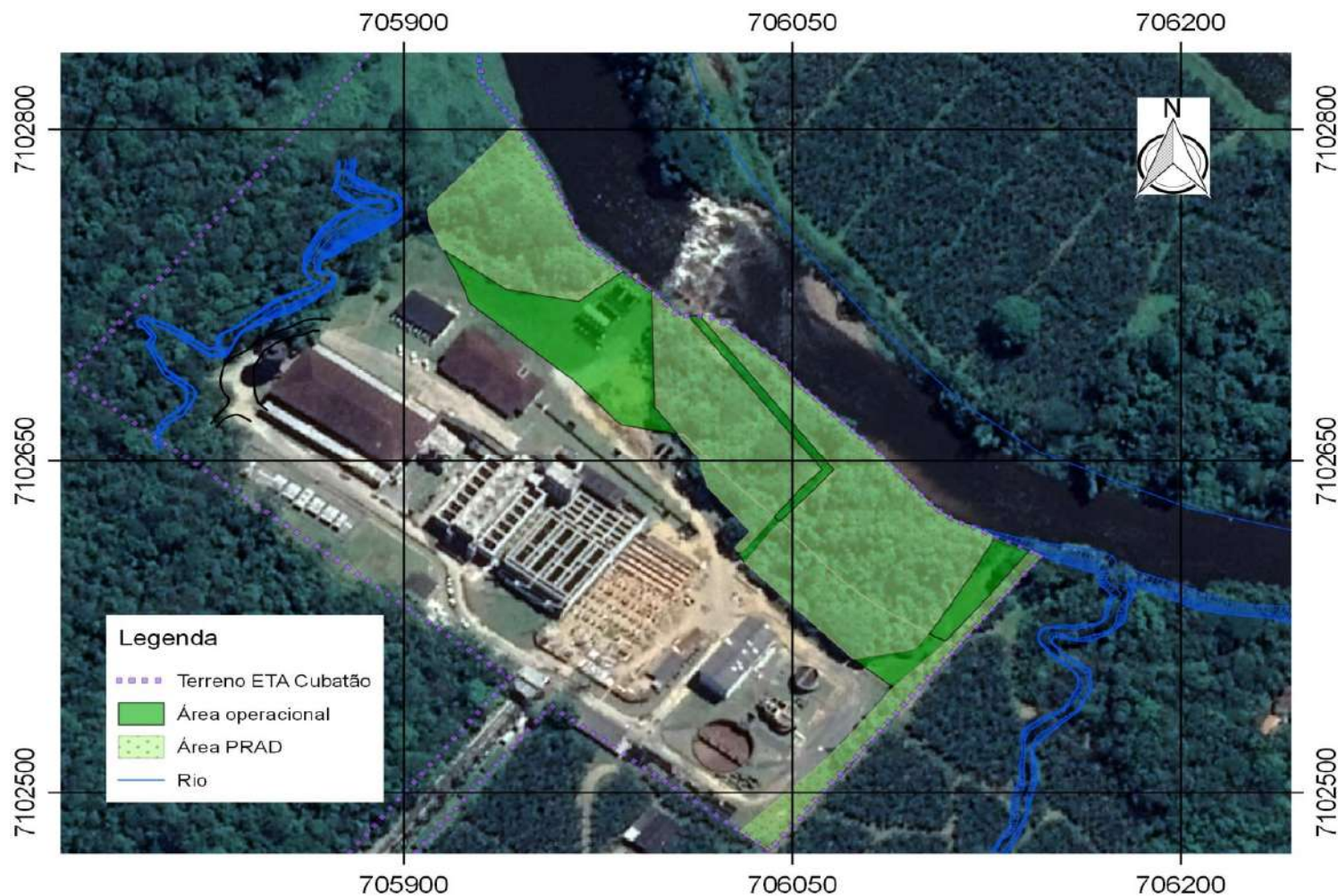
- Coroamento das mudas para evitar o sufocamento;
- Manutenção dos poleiros;
- Em áreas bem desenvolvidas não está sendo realizada roçada, apenas a retirada das plantas invasoras;





Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

Subprograma de Restauração de Áreas Degradadas

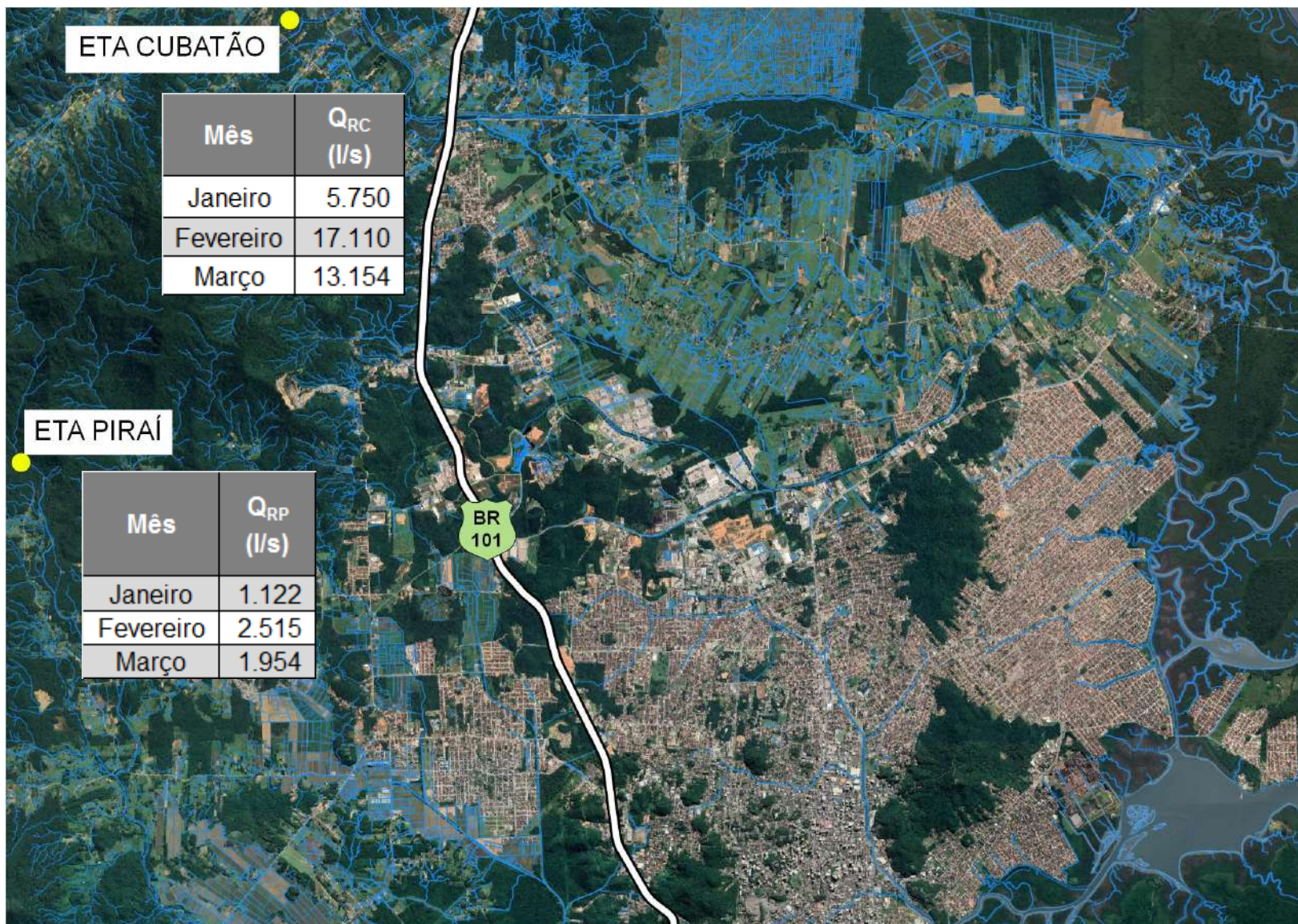


OBS.: realização do Subprograma de Controle de Espécies Vegetais Exóticas Invasoras em conjunto com o PRAD



Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

Subprograma de Monitoramento da Quantidade e Qualidade das Águas





Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS - IQA

Subprograma de Monitoramento da Quantidade e Qualidade das Águas

Metodologia: CETESB

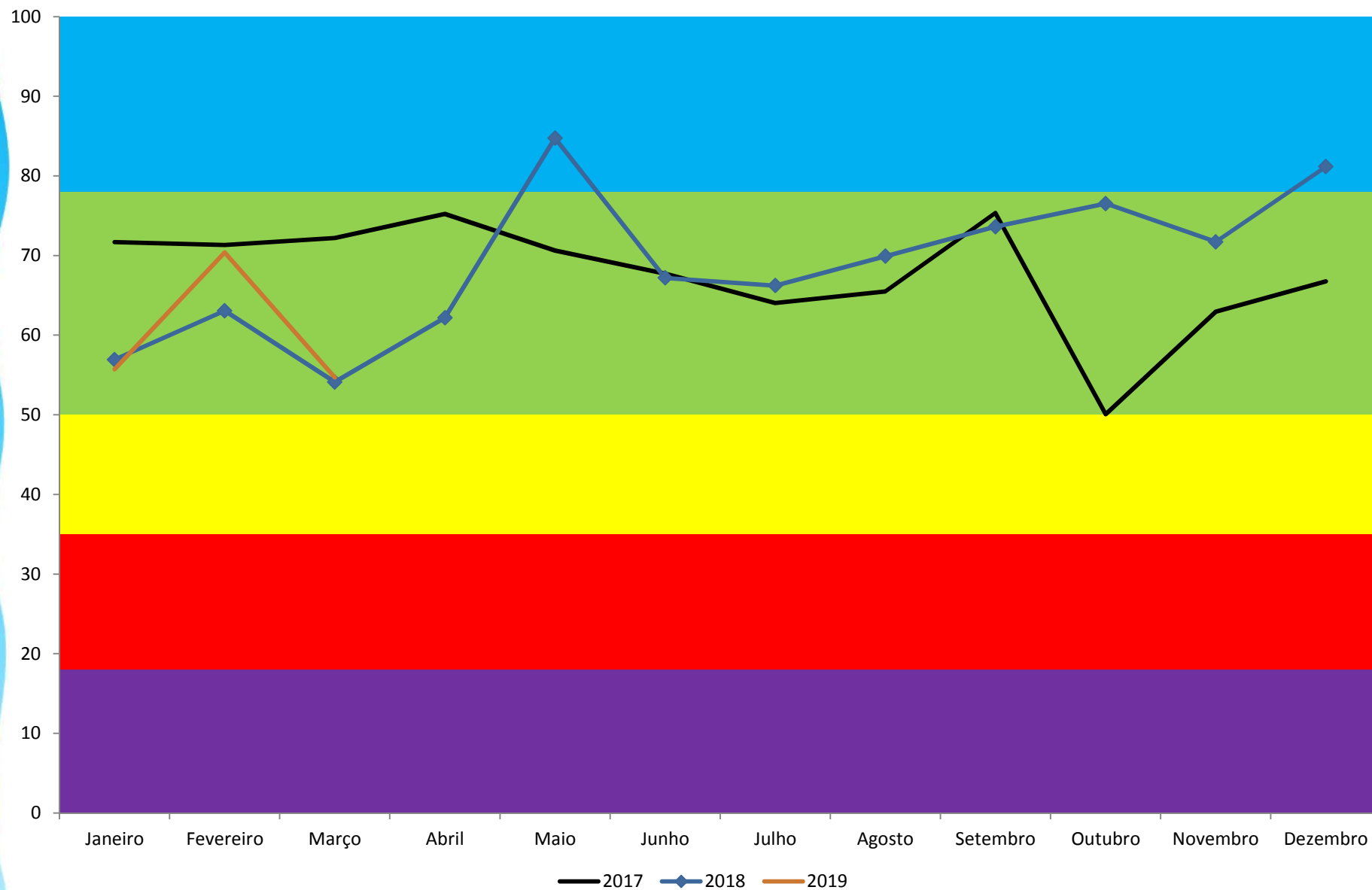
Tabela 1 – Classificação do IQA

Categoria	Ponderação
ÓTIMA	$79 < IQA \leq 100$
BOA	$51 < IQA \leq 79$
REGULAR	$36 < IQA \leq 51$
RUIM	$19 < IQA \leq 36$
PÉSSIMA	$IQA \leq 19$



Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

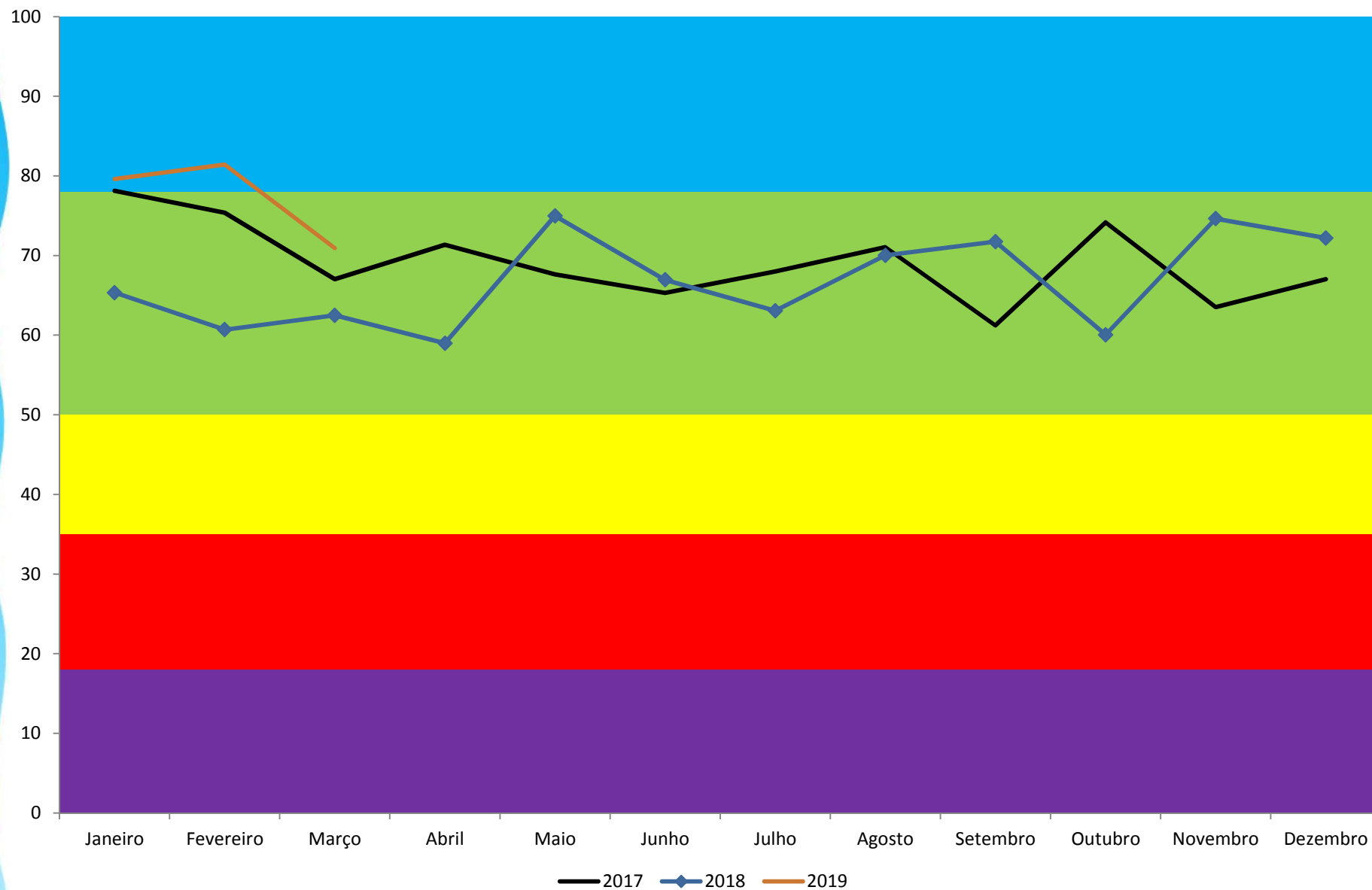
IQA – Manancial de Captação – ETA Cubatão





Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

IQA – Manancial de Captação – ETA Pirai

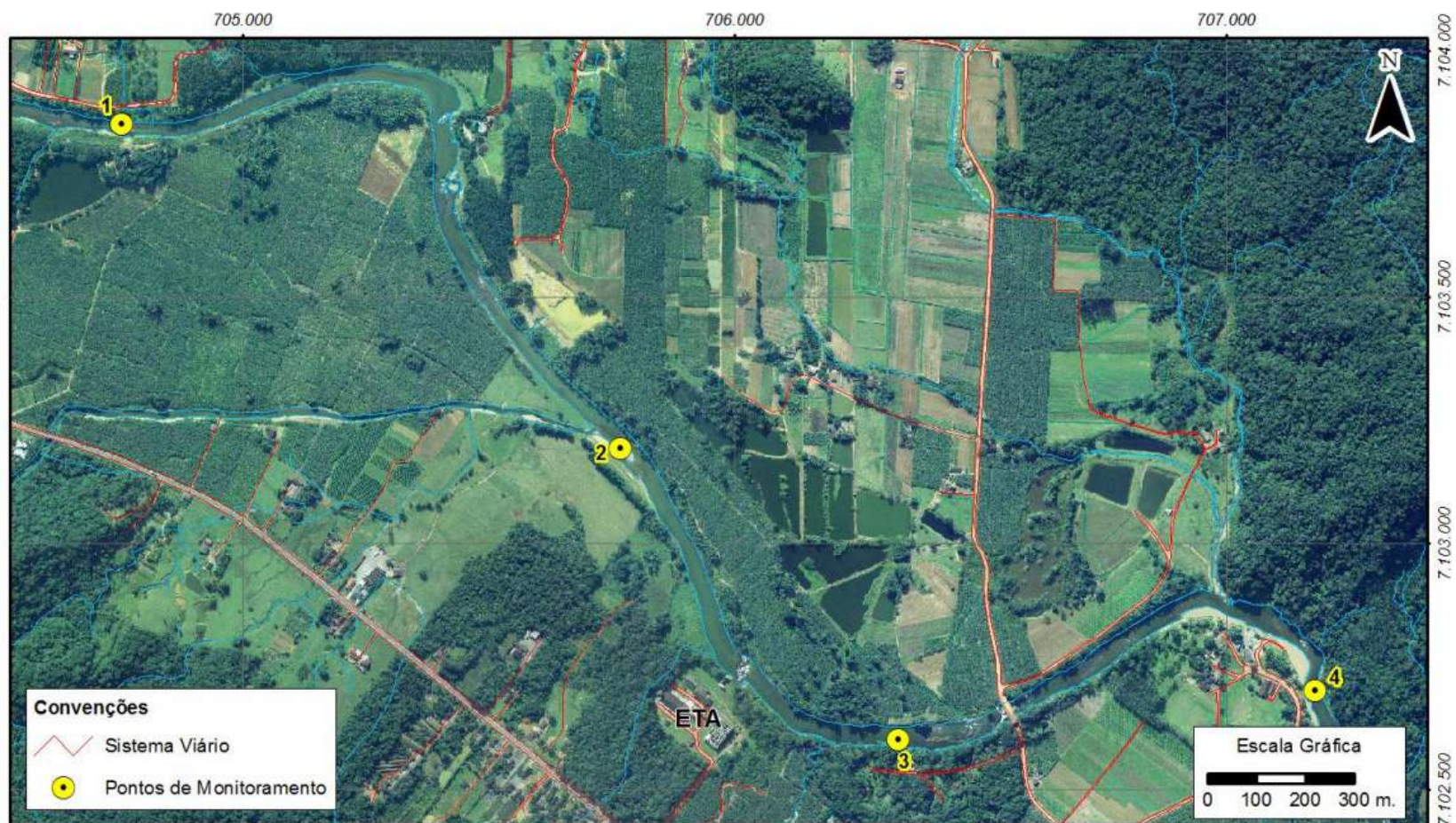




Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

Subprograma Pesquisas da Flora e Fauna

- Realizado no ano de 2016 o estudo da Ictiofauna do rio Cubatão;
- Conclusão: a atividade da estação de tratamento não interfere na dinâmica populacional do trecho amostrado;





Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

Subprograma de Monitoramento da Fauna

Itens observados:

- Registro de observação através de planilha;
- Presença de diferentes espécies de animais;





Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

Dúvidas?

DÚVIDAS?



OBRIGADO!

CONTATOS:

Cristian Ricardo dos Santos
cristian.santos@aguasdejoinville.com.br



Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

Lista de Presença da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, realizada no dia 09 de Abril de 2019, às 19:00h, no Auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (SAMA-UDR), na Rod. SC-418, Km 3, nº 271 - Pinabeirópolis, Joinville/SC

PARTICIPANTE	ENTIDADE	ASSINATURA
Paula Schuff	ASBANville	[Assinatura]
Marcelo S. L. Silva	Araraquara	[Assinatura]
ADAMIA SCOTT	ARM	[Assinatura]
Gabriel Klein Wolfart	Sindipebras/SC	[Assinatura]
MARCO MOLLER	Sub Pinabeirópolis	[Assinatura]
Juliana Kammerer	ACR	[Assinatura]
Romy B. Funzinger	SEPUO	[Assinatura]
João Henrique Sch	ASJCS	[Assinatura]
Fabiano Luis da Rosa	ASERK	[Assinatura]
Wanda Christine Celso	Instituto Ambiental	[Assinatura]
Heckel Silvio Herematti	EPAGRI	[Assinatura]
Mirian C. Zabel	Secult	[Assinatura]
Maiko Richter	Sepror	[Assinatura]
Roxana T. Fischer	B. Huberov	[Assinatura]
Manli Schleibach	AMER	[Assinatura]

Rogéria Hartwig	STRS Gaimmüll
Orlando C. Koppkeper	CRAS Pindamon
Alcides Bergmann	AJAB
BETO AMARAL	SMA-UDR
Rinaldo N. Vicente	Polícia Militar Ambiental
Janina J. Gonçalves	Ass. de Mprach Guiriri
Christon BEERS	SAMA/UGA
Patrícia Kornopp	CAS
Andeli Mo B. Keln.	SC-418 KM3
Christine Kenning da Costa	SAMA/UGA
João Paulo Freiselen	APIVILLE
Jose Mario Gomes Ribeiro	CCJ
GILMAR GERMANO JACOBOWSKI	AREA BABITONGA
Miguelo Fleckbauer	A.M. Mlakon
CACIO JOSE KEMUEL	PARANÁ 64
Anton Giese Anackete	SAMA
JOSE AUGUSTO DE SOUZA NETO	SAMA-UAC

Rogéria Hartwig
Orlando

Agua
Bau
Acher
Lutulo
Rituni
Miguelo
Vera
Ferreira